

Informativo da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB:

EDITORIAL

NESTA EDIÇÃO:

AGB na Caravana Territorial do Rio Doce 1

O que podemos aprender com as ocupações nas escolas estaduais do RJ? 2

Moção de apoio da AGB Rio às estudantes da Universidade Federal Fluminense na Campanha #meuamigogeografo. 3

Sacolas Agroecológicas: Grupo de consumo do CPTL/UFMS: AGB Três Lagoas 4

Entrevista com a Professora Dirce Maria Suertegaray – AGB Uberlândia 5

Carta de São Luís – 126 a Reunião de Gestão Coletiva São Luís – Maranhão 6

Relato das últimas Reuniões de Gestão Coletivas 124a, 125a e 126a RGCs 7

A comunicação é salutar no nosso cotidiano, atualmente é através dela que a troca de experiência entre sujeitos, entidades e organizações civis se efetiva, sendo ela usada de diversas maneiras por diferentes agentes sociais. A Associação dos Geógrafos Brasileiros sendo uma entidade civil, que reúne geógrafos, professores e estudantes de Geografia preocupados com a promoção do conhecimento científico, filosófico, ético, político e técnico da Geografia, oferece uma crítica da sociedade com uma abordagem geograficamente consistente dos problemas atuais, com o intuito de aperfeiçoar o debate científico da Geografia. Através de suas ações este informativo se inscreve na comunicação da AGB como veículo de visibilidade das ações da entidade, nas suas mais diversas frentes, para tal, é preciso aperfeiçoar a linguagem utilizada com seus associados e a sociedade em geral. Nesse sentido se coloca a urgência da troca de experiências e ações da entidade tendo em vista primeiramente seu propósito de contribuir ativamente para a transformação social. Portanto, suas atividades são de interesse público e podem impactar diretamente na vida da comunidade geográfica e da sociedade em geral. É com esse intuito que apresentamos essa nova edição do AGB em Debate, uma das principais ferramentas de comunicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros com as Seções Locais e os seus associados, mas também com a Geografia brasileira e a sociedade, o AGB em Debate vem em sua edição 4a edição da gestão 2014-2016 divulgar importantes ações e eventos que a entidade consuiu recentemente. Nesta edição, você lerá sobre a participação da AGB na Caravana Territorial do Rio Doce em texto do Coletivo de Articulação de GTs da AGB; o GT Educação e Ensino de Geografia da seção local Rio de Janeiro abordará o significado pedagógico das escolas ocupadas no Rio; Em seguida é apresentado o uso de sacolas agroecológicas no Mato Grosso do Sul no texto da AGB Três Lagoas; A AGB Uberlândia apresenta a entrevista realizada em atividade da local com a geógrafa Dirce Maria Suertegaray; A Carta de São Luís elaborada na 126 RGC também é apresentada, abordando o posicionamento da entidade sobre a situação política contemporânea; Por fim, conheça as principais discussões das últimas Reuniões de Gestão Coletiva (124a, 125a e 126a RGCs). É com muito prazer que se inicia uma nova publicação da AGB em Debate, concretizando-se assim, a 4ª edição da gestão 2014-2016 nesse incansável desejo de comunicação que a AGB precisa e se propõe a fazer. Boa leitura!

Diretoria Executiva Nacional DEN-2014-2016
AGB Seção Local Uberlândia

AGB na Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce:

Com o crime ambiental provocado pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração da Samarco/Vale/BHP, um dos maiores e mais degradantes já ocorrido mundialmente, despejou-se no Rio Doce e por consequência no oceano, mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. A partir de então, várias organizações vem se articulando coletivamente, buscando diversas formas de ações que deem visibilidade ao problema ocorrido. Uma das propostas ensaiadas foi a construção de uma caravana que percorreu várias localidades atingidas em Minas Gerais e no Espírito Santo.

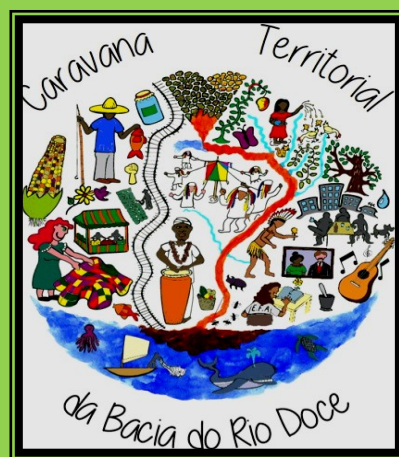
A Caravana Territorial, através de uma rede de articulação, é essencialmente uma proposta político-pedagógica de "imersão no território", organizando movimentos, redes, coletivos e olhares mais amplos sobre os impactos socioambientais na bacia do Rio Doce, com vistas a potencializar leituras diversas, compartilhadas e independentes que problematizem as consequências do rompimento da barragem, os riscos, perdas e sofrimentos vários, além da crítica ao "desenvolvimento". A partir da articulação de diferentes lutas territoriais, estão em curso a mobilização de ações de denúncias e reivindicações, que possam ampliar o diálogo com a sociedade. Quase 60 organizações estiveram envolvidas no processo de construção da Caravana.

A Caravana ocorreu entre os dias 11 a 16 de abril de 2016,

através de 4 rotas (duas no alto rio Doce, uma no médio rio Doce e uma no baixo curso do rio - foz) que partiram simultaneamente de diferentes regiões da bacia rumo a Governador Valadares, ponto de culminância da Caravana. Ao longo das rotas, e a partir de diversas experiências, diálogos, observações, rodas de conversa, aulas e atos públicos, pode-se perceber a amplitude dos danos, das perdas e prejuízos decorrente do rompimento da barragem, seja em pequenos municípios, seja em comunidades ribeirinhas, ou em grandes cidades, seja na agricultura, na pesca, nos modos de vida tradicionais, enfim foi possível compreender o conflito em sua dimensão prática e realmente existente. Por outro lado, não somente as denúncias foram destacadas, mas também os anúncios de experiências agroecológicas, de educação do campo, outras economias, saneamento rural - através de técnicas de construção de terraços, caixas secas e proteção de nascentes - foram fundamentais para mostrar a diversidade de usos na bacia e as possibilidades de recuperação dos ambientes atingidos. Ao todo, foram mais de 130 caravaneiros/as participantes e próximo de 1.000 pessoas estiveram envolvidas nas atividades organizadas pelas rotas.

Os GTs das seções locais Rio/Niterói, Vitória, Belo Horizonte e Viçosa contribuíram no processo de construção da caravana através da participação em reuniões ampliadas que ocorreram em Belo Hori-

zonte, Governador Valadares e Colatina. Uma questão relevante é a produção cartográfica que a AGB vem elaborando com intuito de facilitar os diálogos e debates durante as rotas da caravana, como este apresentado no final da matéria.



“Com o crime ambiental provocado pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração da Samarco/Vale/BHP, um dos maiores e mais degradantes já ocorrido mundialmente, despejou-se no Rio Doce e por consequência no oceano, mais de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. “

Vários problemas foram percebidos no decorrer da caravana, tais como o de camponeses e pescadores artesanais que dependem da água dos rios contaminados e não sabem como proceder frente aos prejuízos atuais e às incertezas do futuro; conflitos entre municípios envolvendo o acesso às fontes de

O que podemos aprender com as ocupações das escolas estaduais no Rio de Janeiro?

Em apoio à greve dos professores e espelhados em experiências vivenciadas em 2015 por São Paulo e Goiás, desde março de 2016 as escolas do Rio de Janeiro começaram a ser ocupadas pelos estudantes da rede estadual. As ocupações passaram a fazer parte da nova estratégia do movimento estudantil para denunciarem o sucateamento do ensino público e reivindicarem principalmente a falta de participação democrática nas escolas. No caso do Rio de Janeiro, os diretores são indicados Secretaria de Ensino, não existindo eleições para a direção e fazendo com que a representação seja comprometida com interesses que não são da comunidade escolar. Mesmo com legislação vigente, os Grêmios não conseguem estabelecer uma organização política à frente de direções estabelecidas por anos na escola. O descaso com a educação pública, materializado na falta de infraestrutura das escolas, culminou com a declaração do governo do Estado de que este estaria passando por uma “crise” econômica – e que essa seria a causa de a categoria ficar sem salário e sem infraestrutura escolar adequada.

Com objetivo de entender o papel do geógrafo, da ciência geográfica e do ensino de geografia frente às adversidades encontradas pelos professores que atuam na rede estadual, o GT Educação e Ensino, que se relaciona como movimento sindical, acompanhou as escolas ocupadas e realizou atividades nas mesmas. Nas seis escolas visitadas, procurou-se ouvir os estudantes, entender as suas pautas de reivindicação, as suas formas de organização enquanto movimento, assim como oferecer algumas atividades que repensassem a geografia, além do apoio político aos professores das escolas envolvidas.

Uma outra atividade realizada foi o encontro na UERJ, onde o GT convidou os alunos e professores da graduação de geografia para dialogar com os alunos e professores das escolas ocupadas. Seis meses antes a própria UERJ havia sido ocupada pelos alunos da graduação, o que foi interessante para ouvir diferentes etapas da estratégia compartilhada pelos estudantes. Alguns professores de geografia que atuam em diferentes movimentos sociais, apresentaram as atividades que realizaram nas escolas com o intuito de apresentar como a geografia pode ser repensada pelos estudantes que se encontram nas ocupações.



Diante de todas as atividades acompanhadas percebemos como a geografia pode ser repensada diante das questões apresentada pelos alunos. Não é apenas uma exigência maior na participação das aulas e da escola, mas uma ressignificação do espaço escolar e de sua visão como aluno no processo. Dormir, limpar, cozinhar, organizar atividades, participar de assembleias, conhecer outras escolas, sistematizar os argumentos para apresentar aos responsáveis, aos movimentos contrários e a direção da escola transformam a escola politicamente e espacialmente.

A educação no Estado vem sendo negligenciada há anos por gestões que apenas maquiam os indicadores para apresentar uma suposta melhora na gestão ou garantir uma eleição. Algumas escolas são escolhidas como “vitrine” para fazer a propaganda de investimento na educação. Dentro deste modelo, tais escolas fazem seleção interna para os alunos (o que acaba selecionando o perfil social dos alunos, em grande parte oriundos de escolas particulares) e recebem apoio de empresas privadas como a OI, Fundação Ayrton Senna, e de outros países como a Espanha, França que introduzem projetos na escola de tempo integral. A grande questão é que estas escolas “vitrines” também foram ocupadas - o que pode indicar que a participação política construída é diferente da participação imposta pela escola através de disciplinas como Projeto de Intervenção e Pesquisa (onde o objetivo é que estes possam criar ações em prol da comunidade escolar). Os alunos argumentam que as pesquisas não são elaboradas coletivamente, e sim “indicadas” pelos professores e pelo Instituto tal como muitos projetos existentes na escola.

Com a rede constituída entre as escolas ocupadas, os alunos das escolas “vitrines” passaram a conhecer a realidade das outras escolas, que não recebem apoio externo à Secretaria. Diante disso, eles denunciam a desigualdade e afirmam que gostariam que todas as escolas tivessem a mesma estrutura - construindo uma consciência de projeto de sociedade diferente do apresentado pelas secretarias. Nas escolas sem infraestrutura, foram fotografados materiais didáticos sem uso e alimentos fora de validade, além de áreas da escola de acesso proibido aos alunos devido à falta de estrutura e ao descaso dos gestores.

Diante disso, entende-se que é papel da Associação dar apoio às escolas ocupadas e entender o que se passa nos sistemas de ensino que recebem os geógrafos egressos das licenciaturas em Geografia. Qual estrutura o professor de Geografia vai enfrentar, quais os descasos políticos e como este pode repensar a ciência geográfica dentro de um panorama social que vai além da grade curricular. Como entender o papel da geografia no Ensino Médio, como processar uma base curricular que pode não atender a realidade

presente? Como pensar em formação crítica do aluno se este sequer pode participar democraticamente dos microespaços previstos na escola? Todas essas questões foram provocadas pelo papel protagonista dos estudantes - que no máximo estão na adolescência, e já estão instigando o papel do professor de geografia.

GT EDUCAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA

SEÇÃO RIO DE JANEIRO

Atividades sugeridas e realizadas junto as escolas:

A oficina realizada junto com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) para os estudantes do Ocupa Irineu, em Duque de Caxias, que objetivava a reflexão acerca da Reforma Urbana como a luta pela cidade que queremos. A atividade iniciou com as seguintes atividades de integração:

- 1- No início sentamos no chão em roda e um estudante iniciou a brincadeira dizendo o seu nome. Em seguida, quem estava do seu lado esquerdo repetia o nome do colega e diz o seu, o seguinte faz a mesma coisa, fala o nome dos colegas que o antecederam e o seu. Assim sucessivamente. O objetivo é todos se conhecessem.
- 2- Em seguida partimos para uma interação mais dinâmica e corporal. Dividimos os estudantes em dois grupos, cada um tem um pedaço de pano esticado à sua frente. No comando do educador ninguém mais podia pisar no chão, somente em cima do pano. Na segunda rodada dobrava-se o pano na metade e repetia-se a atividade. O pano foi dobrado a cada rodada até que não conseguissem mais se equilibrar em cima dele. O objetivo era não deixar ninguém de fora, mostrando que o coletivo só ganhava quando havia colaboração, solidariedade, organização e pensamento coletivo.

No segundo momento, usando 2 folhas de papel grande, foi feito o desenho do mapa mudo da cidade de Caxias. No primeiro, os estudantes produziram o mapa da cidade que temos, usando desenhos ou o que quiserem para representar a cidade em sua configuração atual.

No segundo mapa, faríamos a mesma coisa, mas projetando a cidade que queremos.

Por fim, escolhem um representante dos estudantes para apresentar os mapas que fizeram (outros participantes podem acrescentar informações durante a apresentação do representante). Após questionar o que falta para que a cidade que temos se transforme na que queremos (reforçando a necessidade de colaboração e organização, lembrando a atividade de integração), nesse momento os educadores atuaram de forma mais direta puxando a discussão, contextualizando a luta por habitação e pelo direito à cidade e à necessidade de mobilização coletiva para a conquistas de melhorias para o benefício de todos.

Uma outra atividade foi a proposta de cartografia social da ocupação: realizada coletivamente com o sociólogo Diego Ferrari, o objetivo era traçar um mapa da ocupação através das territorialidades construídas durante o processo de ocupação. Tentamos brevemente passar o que era a ideia do território, traçar os pontos relevantes da ocupação tal como símbolos e relações constituídas naquela nova relação de poder.

Atividade de construção de horta coletiva: a proposta é construir uma horta coletiva com os alunos explicando a importância da alimentação orgânica, da concepção ambiental que envolve a produção de alimentos através de uma oficina para a construção de uma horta para a escola tal como a produção de alguns alimentos.

GT EDUCAÇÃO E ENSINO DE GEOGRAFIA

SEÇÃO RIO DE JANEIRO

Todo Apoio as alunas do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense (UFF)!

Nós geógrafxs, da Associação de Geógrafos Brasileiros seção Rio de Janeiro (AGB-RJ), viemos a público declarar nosso apoio ao movimento de denúncia que se iniciou no dia 9 de maio de 2016 e foi realizado pelas alunas e ex-alunas do Instituto de Geociências, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Através da #MeuGeógrafoSecreto, foram denunciadas no facebook e nos murais do Instituto de Geociências, condutas misóginas que, há anos, têm sido tratadas com aparente normalidade por parte do corpo docente.



Na ocasião, de forma organizada e articulada, diversas alunas relataram situações pelas quais passaram em suas relações com professores e colegas de curso. Pela grande adesão e pelo apoio recebido a cada nova postagem, entende-se que tais situações ocorrem com certa frequência, há anos, e são diluídas numa aparente normalidade, naturalizando hierarquias e violências silenciosas.

Sabe-se que esta não é uma peculiaridade somente de um instituto, ou de uma instituição. Tais condutas, infelizmente, são recorrentes em uma sociedade que se pretende modificar. Isto posto, é importante não silenciar este movimento, e sim, com seriedade, compreender os relatos das alunas como apelos para a necessidade de desinvisibilizar as estruturas de uma sociedade desigual que se manifestam através de condutas naturalizadas em nosso cotidiano. Para serem dilapidadas, tais estruturas e condutas precisam

A AGB-Rio entende que, instituições públicas de ensino têm certos compromissos para com a sociedade, e que um dos principais é rever, constantemente, os conhecimentos e as condutas que são geradas, a partir de fatos tais quais os relatados neste caso e, assim, orientá-los para a sociedade que se deseja construir.



“Entende-se que tais situações ocorrem com certa frequência, há anos, e são diluídas numa aparente normalidade, naturalizando hierarquias e violências silenciosas. “

Se há o intuito de formar profissionais que atuem em prol da construção de uma sociedade com menos desigualdades e opressões, é fundamental que as manifestações daquelas e daqueles que chamam atenção para problemas dentro das instituições sejam amplamente debatidos, e não silenciados.



Rio de Janeiro 16 de maio de 2016.
Coletivo de Diretoria, biênio 2014-2016
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Local Rio de Janeiro
E-mail: agb.riodejaneiro@gmail.com
Website: <http://agb-rio.webnode.com.br/>

Sacolas Agroecológicas

Grupo de consumo do CPTL/UFMS:

O projeto conta com o apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Bolsão, Grupo de Estudos Terra-Território, Comissão Pastoral da Terra e Associação dos

A agricultura familiar camponesa no Brasil enfrenta muitas barreiras, uma delas é a comercialização. Sabendo-se dessa realidade fomentou-se o grupo de consumo agroecológico envolvendo professores, técnicos e alunos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)/Campus de Três Lagoas. O passo inicial para formação deste grupo se deu via realização de um Evento, em outubro de 2014, a fim de eleger demandas. Deste modo, surgiu como proposta a criação de espaços institucionais de comercialização com formação de um grupo semanal de consumo agroecológico em que os fornecedores são famílias moradoras de comunidades rurais localizadas em Três Lagoas, Mato Grosso do sul. Estes agricultores/as fornecem sacolas com produtos agroecológicos (hortaliças e legumes) ao público da Universidade, no caso professores, técnicos administrativos, alunos e familiares destes três segmentos.



(Feirinha do Cinturão Verde)

O objetivo principal do projeto é que os agricultores se beneficiem principalmente pela dinamização da economia via complementação da renda, uma vez que as sacolas representam um escoamento de 20% da produção do grupo das hortas. Os consumidores, por sua vez, têm acesso a alimentos seguros, livre de agrotóxicos e com procedência social.



(Entrega das Sacolas para o grupo de consumo do CPTL.)

O projeto tem aproximado a comunidade acadêmica dos camponeses, representados por suas Associações, gerando a consciência das responsabilidades mútuas para a promoção da transição agroecológica. Isso impulsiona o associativismo entre os camponeses para o acompanhamento das demandas de um mercado complementar que, por sua vez, favorece a manutenção e o crescimento das práticas agroecológicas.



(Retirada das sacolas do grupo de consumo: Professores, técnicos, alunos e familiares).



(Feirinha do P.A 20 de Março.)

Atualmente o preço de cada sacola é de R\$ 17,00 reais. Como a entrega hoje é de 35 sacolas, isso gera uma renda mensal aproximada de R\$ 2.380,00. Esse valor pode aumentar, uma vez que a demanda cresce no decorrer do ano letivo, gerando maior renda aos camponeses envolvidos no projeto. A exemplo do ocorrido em 2015, quando no término do ano letivo se atingiu o montante de 60 sacolas. Como desdobramento deste projeto, e caminhando em paralelo, em março de 2016 iniciou-se outra modalidade de comercialização direta destas famílias no espaço da Universidade, a saber: uma Feira semanal. Deste modo, articulam-se duas ações: na terça-feira, a venda de sacolas com produtos da horticultura mediante pedido dos consumidores e, na quinta-feira, ocorre a Feira aberta à comunidade acadêmica.

Referência: SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sérgio (orgs). Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica. 2ª.Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



Entrevista com a Professora Dirce Maria Suertegaray AGB seção local Ubelândia:

Qual a importância da sua trajetória na AGB para sua formação como geógrafa?

A AGB, representa na minha vida profissional um espaço de elevada significância. Sou sócia da AGB desde 1973. Participei de duas diretorias locais em Porto Alegre uma como secretária outra como diretora (1988-1990). Nesse mesmo período participei da Gestão da colega Arlete Moisés Rodrigues (1988-1990), na DEN. Entre 1992 e 1994 fui vice-diretora na gestão do colega Zeno Crocetti e finalmente entre 2000 e 2002, fui presidente da AGB Nacional. Então veja, com tanto tempo participando da AGB o aprendizado, sobretudo político foi enorme.

Nos primeiros momentos como Agebeana fiz muito trabalho denominado braçal ou de formiguinha, colar selos em cartas ou colocar material no interior de pastas de eventos, mas ao mesmo tempo participava das reuniões, das assembleias e nestas apreendi muito, ouvindo meus colegas, não tão mais velhos que eu, mas com significativa vivência política. Levei um bom tempo para me expressar no contexto dessas assembleias, mas aprendia observando, ouvindo o debate, as argumentações.

O que quero dizer com isto, que a AGB na minha vida foi um espaço significativo de aprendizagem da política, do debate,

do confronto, da conciliação, do respeito aos demais, da construção de amigos. E, para além disso foi o espaço de aprendizado e iniciação da divulgação do conhecimento que iniciava a produzir, enquanto professora universitária, quando participava das sessões de apresentação de trabalho, onde se discutia os temas de forma não apressada como hoje e sem a preocupação do certificado. Portanto, a AGB foi para minha trajetória muito importante, ela me deu as bases, juntamente com o movimento dos professores universitários que se iniciou em 1980 para o entendimento da política e além disso me permitiu expandir o conhecimento relativo ao território brasileiro.



(Atividade da AGB seção local Ubelândia com a professora Dirce)

“O que quero dizer com isto, que a AGB na minha vida foi um espaço significativo de aprendizagem da política, do debate, do confronto, da conciliação, do respeito aos demais, da construção de amigos.”

A Associação dos Geógrafos Brasileiros passou por vários momentos em sua história. Até o início dos anos 70 a AGB era caracterizada como uma associação de pesquisadores. Mas no final dos anos 70 (1978), na reunião anual realizada em Fortaleza, Ceará, a AGB foi estimulada pelo crescimento do movimento estudantil brasileiro, passou por uma renovação de sua perspectiva organizacional, que se refletiu no processo de reformulação de seu estatuto que a tornou uma associação mais integrada à luta pelos direitos humanos e ao debate político e democrático da sociedade. Depois desse grande desafio de 1978 quais os novos desafios você acha que a associação passa hoje?

Penso que um dos grandes desafios da AGB hoje é reconstituir —se através do resgate do conjunto de seus associados, professores (de todos os níveis de ensino), bacharéis e estudantes de Geografia. Mesmo afastada do dia a dia da AGB, percebo significativas mudanças em seu perfil, seja em número, seja em relação ao associado. Vou falar do exemplo da local em que sou sócia. Nos anos 1980 nossas ações eram direcionadas ao professor do ensino fundamental e médio, professores universitários, estudantes e em menor número bacharéis. Em que pese o conflito presente com as AGPs à época, o que quero dizer é que nossa local tinha um número expressivo de

associados, chegamos a contar com 1400 sócios, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Uruguai. Os eventos anuais se denominavam Encontro de Professores de Geografia, circulavam o estado e em cada ano uma cidade sediava, ora em universidades, ora em colégios públicos. Este foi um processo rico e muito significativo a AGB tinha uma grande representatividade em diferentes demandas, sejam educacionais, como territoriais e ambientais muito presentes na época.

Com este exemplo o que quero expressar é que, percebo uma mudança no perfil e no número dos associados, pelo menos locais. Hoje há um afastamento dos professores do ensino fundamental e médio, um afastamento significativo de professores universitários, de geógrafos. Permanecem em grande número os estudantes, o que é muito bom pois a AGB precisa sempre se renovar. Agora essa renovação, no meu entendimento deve ser sem a perda da sua história, que em grande parte se constitui de uma história oral, por isso a necessidade de resgate dos demais segmentos.

No mais penso, que a AGB enquanto movimento - se move, é só observar os ENGs, cada vez maiores. Então há mobilidade, mas não há permanência esse foi sempre o grande desafio a constituição de “quadros políticos” para que ela prossiga.

“Permanecem em grande número os estudantes, o que é muito bom pois a AGB precisa sempre se renovar. Agora essa renovação, no meu entendimento deve ser sem a perda da sua história, que em grande parte se constitui de uma história oral, por isso a necessidade de resgate dos demais segmentos.”

Profa Dra Dirce Maria Suertegaray, sabemos que hoje você atua como presidente da ANPEGE, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Em que frentes a AGB e a ANPEGE tem unidade para atuar hoje?

AGB e ANPEGE são as duas entidades de Geografia reconhecidas nacionalmente. Em muitas frentes poderão atuar em conjunto. Certamente que cada Associação tem suas especificidades, suas pautas e demandas. As pautas da ANPEGE se vinculam mais as políticas de Pós-Graduação, verbas de custeio, processos de avaliação, publicações entre outras. Seus associados são os programas de Pós-graduação e não sócios individualmente, isto atribui a ANPEGE um caráter diferenciado.

Entretanto, penso que independente disto a ANPEGE como associação de pesquisa precisa estar atenta aos problemas nacionais e dialogar com a sociedade a partir do conhecimento geográfico acumulado. Neste ponto percebo convergência de atuação entre as duas Associações. Estar presente no debate mais amplamente e papel para uma e outra.

Recentemente fomos chamadas AGB e ANPEGE para discutir a BNCC, como as duas entidades representantes da Geografia brasileira. Esta experiência de participação mostrou a importância da aproximação e do debate conjunto. Isto fortalece a Geografia. Sob outros aspectos e práticas somos diferentes, isto é salutar, assim estamos presente em várias frentes.



Carta aberta à comunidade geográfica:



Nós geógrafas(os) reunidas(os) na 126ª Reunião de Gestão Coletiva em São Luís-MA, entre os dias 21 e 24 de abril de 2016, posicionamo-nos a respeito da atual situação política do país nesse momento histórico. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), reafirmando sua perspectiva de compromisso social e político com o desenvolvimento democrático do território brasileiro, faz uma análise crítica e radical da situação atual e compreende que a construção do Brasil apresenta-se nesse momento mais complexa do que o reducionismo espetacularizado pela grande mídia. Mantemo-nos em posição clara de não alinhamento com posturas conservadoras e reacionárias ao propor a análise do Estado e suas políticas. De fato, pactos políticos que emergiram no início dos anos 2000 estão rompidos, são acirradas as lutas de classe e grupos animam-se em propor retrocessos sociais, políticos e econômicos duramente conquistados. Analisando o quadro atual, para além da discussão do “impedimento”, e considerando os aspectos socioespaciais envolvidos nas disputas pelo poder, não só no Brasil, mas em boa parte da América Latina, temos clareza das conquistas e retrocessos que marcam o território brasileiro e que implicam em temáticas traduzidas por lutas sociais candentes: dos conflitos pela demarcação de terras indígenas e quilombolas e o abandono da reforma agrária em favor dos interesses do agronegócio, da indústria e da mineração; dos movimentos sociais urbanos frente à ampliação da especulação

imobiliária e do genocídio da juventude negra e indígena das periferias; contra a financeirização geral da economia, em especial o financiamento da educação superior privada e o violento processo de censura aos professores a partir de movimentos de desideologização da educação. Se por um lado o texto Constitucional é afirmado para fazer valer os direitos das elites, por outro lado o mesmo texto não é respeitado quando se trata do povo. Ataques e descumprimentos à Constituição são históricos e recorrentes, revelando a seletividade do sistema democrático. Viveríamos em uma sociedade construída sob bases de uma “democracia racionada”, a qual não é nem totalmente democrática, tampouco é totalmente uma ditadura? Vemos no XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos, “A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia”, uma oportunidade apropriada para aprofundamento dessa análise. A AGB, como não poderia ser de outra forma, se soma aos que, nas ruas, nas salas de aula, no seu cotidiano buscam contribuir para a construção de uma sociedade justa e igualitária que rompa com a democracia racionada. Associação dos Geógrafos Brasileiros



Os debates da 124ª, 125ª e 126ª: temas e perspectivas da AGB através das Reuniões de Gestão Coletiva

A Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB constituiu-se enquanto fórum de construção da ciência geográfica e tem uma história plural e coletiva. Atualmente a AGB é composta por inúmeras Seções Locais distribuídas em todas as regiões do Brasil. As Seções Locais atuam articuladas com a AGB Nacional principalmente através da Articulação Nacional dos GTs (Agrária, Ambiental, Assuntos Profissionais, Educação, Indígena, Meio Ambiente e Urbana). Através dessas articulações, são debatidas pautas locais e nacionais e realizado o Fórum de GTs. Outro instrumento importante da AGB é a Reunião de Gestão Coletiva (RGC): que se configura como fórum deliberativo, com periodicidade trimestral. Estas reuniões coletivas das seções locais da AGB, decidem atividades, princípios políticos e ações frente a sociedade.



Durante a RGC - Reunião de Gestão Coletiva da AGB - Catalão/GO - 10, 11 e 12 de outubro de 2015 realizada na Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Catalão, esteve presente diversas seções Locais: Vitória; Ituiutaba; São Luís; Belo Horizonte; Campinas; Cuiabá; São Paulo; Dourados; Juiz de Fora; Niterói; Porto e Alegre. Durante essa reunião foi avaliado o Encontro Nacional de Ensino de Geografia: VIII Fala Professor, com os relatos de todas as comissões e o balanço positivo do evento.

Em seguida, esta reunião foi permeada pela construção do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos “A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia.” (24 a 30 de Julho de 2016 - São Luís/MA), onde foram definidos os eixos temáticos aprovados para o XVIII ENG, a arte do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos e os preparativos da seção local São Luís para receber o Encontro.

Durante a 125ª RGC – realizada nos dias 29 a 31 de janeiro de 2016, nas Universidade de São Paulo - Ed. Geografia/História (USP) estiveram presentes as seguintes seções locais: Maringá; Três Lagoas; Dourados; Campinas; Niterói; São Paulo; Viçosa; Uberlândia; Rio de Janeiro; São Luís; Belo Horizonte; Curitiba; Vitória; Goiânia, Cidade de Goiás e Pró SL Rio Claro. Nesta reunião foi avaliada a importância da comunicação da AGB: como a manutenção do site da entidade (dentro e fora da comunidade geográfica) e a preservação do arquivo documental que é armazenado nele. Nesta reunião também foi discutida, o histórico deste Jornal “AGB em Debate” colocando-o como um dos maiores veículos de comunicação da entidade, ressaltando-se que é fundamental para a manutenção da publicação que as SLs assumam o compromisso e enviem os conteúdos para compor o jornal. Esta RGC foi marcada pela reunião das Comissões de Organização do ENG, seu plano de trabalho e demandas para o evento. Também foi construída a definição de todas as mesas seu conteúdo e proposta, foram definidas 14 das 18 mesas do encontro. Nesta RGC também foi pautada atuação da entidade na Caravana Territorial da Bacia Rio Doce, foi apresentado

um amplo relato sobre os trabalhos de organização para realização da caravana e apresentou a proposta de intervenção nos lugares que foram atingidos pelo crime ambiental e também daqueles que sofrem as consequências das ações das mineradoras, hidrelétricas e barragens. Além disso informou sobre as rotas e os grupos de trabalho que já foram criadas.

A 126ª Reunião de Gestão Coletiva – RGC realizada nos dias 21 a 24 de abril de 2016, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) contou com a presença das seguintes seções Locais: Niterói, Rio de Janeiro, Uberlândia, João Pessoa e São Luís. Esta RGC foi permeada pela organização do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, a organização das Comissões, os preparativos para o evento e os encaminhamentos para que o evento aconteça. Durante esta RGC, foi incluído o debate sobre o posicionamento da AGB a respeito da atual situação política do país, onde as SLs presentes na RGC, entenderam que seria uma oportunidade para a entidade construir uma posição. A Carta da AGB sobre a situação política do país encontra-se no periódico (a sua redação ocorreu antes do afastamento da Presidenta Dilma). Nesta RGC, foi amplamente discutida a relação AGB local e nacional, onde pautou-se que a articulação e o posicionamento da AGB se dão a partir das atividades das SLs e que é necessária uma convergência da atuação das SLs/AGB Nacional para que a entidade se fortaleça. Também foi discutida a importância dos relatos dos GTs que são fundamentais para o andamento da entidade.



AGB em Debate

4ª edição da gestão 2014-2016



desde 1934

